

FACE(S) OCULTA(S) DO NOSSO QUOTIDIANO

José Bravo Nico

Departamento de Pedagogia e Educação

Universidade de Évora

jbn@uevora.pt

Aqui há algumas semanas, em Nossa Senhora de Machede (uma pequena aldeia do concelho de Évora), realizei algumas entrevistas a habitantes locais acerca do papel e importância da aprendizagem ao longo das respectivas vidas. Uma variável comum unia as três pessoas com quem falei, numa determinada tarde: eram todas iletradas – analfabetas, como nós dizemos no mundo rural –. No entanto, nessa tarde, mesmo antes de eu ter iniciado os diálogos, uma frase ia ficando registada no gravador magnético. Uma frase à qual já me ia habituando e à qual não dei, na altura, grande importância (eventualmente, um reflexo da frequência com que me é referida):

“Peço-lhe desculpa, mas eu sou analfabeto...”

É normal as pessoas que eu conheço e que são analfabetas sentirem-se responsáveis e culpadas por essa mesma situação. Pior que isso: pensam que essa condição é perpétua. Foi como se tivessem sido alvos de uma condenação para as suas vidas inteiras. Nas actividades de educação para adultos que vou desenvolvendo no Alentejo, com alguns jovens estudantes, a principal dificuldade que encontro reside, essencialmente, na desconstrução de uma representação que esses indivíduos

possuem de si próprios e que assenta numa imutabilidade da sua situação. As suas vidas não são alteráveis, nessa dimensão. Não saber ler ou escrever é uma condição inevitável e irreversível, para a maioria dos indivíduos que se encontram nessa circunstância.

Esta atitude reveladora de um poderoso mecanismo de bloqueio do processo de desenvolvimento vital e, simultaneamente, causa e consequência de uma auto-imagem penalizadora, tem vindo a ser reforçada pela chegada de muitos cidadãos naturais de outras paragens europeias, os quais, para lá de possuírem uma formação académica elevada – relativamente à média existente no nosso contexto social – facilmente aprendem a dominar a língua portuguesa. Esta facilidade de aprendizagem revelada pelos recém-chegados acentua ainda mais a dificuldade de aprendizagem – ou a ausência de oportunidades – daqueles que aqui viveram uma vida inteira.

Em Portugal, particularmente no Alentejo, de onde eu sou natural e residente – onde se gastaram milhões de euros em infra-estruturas de cimento e betão armado –, existe aquilo a que podemos chamar um *filtro socialmente construído*, extraordinariamente poderoso e que consiste em perpetuar a iliteracia de cerca de 20% da nossa população. A taxa de analfabetismo diminuiu, em dez anos, cerca de 2%. Certamente porque, nesse período de tempo, morreram 2% dos analfabetos. Por outras palavras: é a morte que vai «resolvendo» a questão do analfabetismo no Alentejo, quando deveria ser a aprendizagem.

Uma outra dimensão desta questão é a que se prende com a investigação e a acção que se têm feito a este respeito. No Alentejo – e certamente noutras zonas do nosso país – existirão, eventualmente, mais investigadores a estudar o analfabetismo, a aprendizagem do analfabeto, o cérebro do analfabeto, etc., do que investigadores a ajudarem os analfabetos a aprenderem a ler e a escrever.

Falo-vos deste contexto, porque é o contexto de onde eu venho. É fundamental contextualizarmos com o território e com os vértices do poliedro que é a nossa circunstância cultural, as palavras que dizemos, as opiniões que emitimos, os comportamentos que exibimos, as decisões que tomamos ou as conclusões das investigações que vamos fazendo.

O mundo hoje não é fácil de compreender. Sentimo-nos quase que reféns da nossa própria circunstância – utilizando algumas palavras de Ortega Y Gasset –, a qual, em determinados momentos nos faz filtrar o que nos vai chegando. Lembro-me, por exemplo, de uma outra história:

Há doze anos frequentei um curso de Mestrado na Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Lisboa. Numa das disciplinas leccionadas pelo Professor Albano Estrela, fomos convidados a assistir a algumas aulas numa escola secundária dos arredores de Lisboa. Numa dessas aulas, um acontecimento despertou-nos a atenção. A turma era essencialmente constituída por jovens portugueses de origem africana (penso que cabo-verdiana) e a professora era

portuguesa, com pouco ou nenhum conhecimento ou sensibilidade para a cultura de origem desses jovens. Às tantas, iniciou-se uma conversação na aula num idioma que, mais tarde vim a saber, se tratava de crioulo. A professora – e os observadores – de um momento para o outro, tornaram-se espectadores da realidade que observavam. Após alguns minutos de «*interrupção*» da aula, os jovens voltaram, novamente, a utilizar o seu português incipiente, fazendo um esforço enorme para acompanharem o discurso da professora. Após a aula, e em conversa com alguns dos jovens, estes afirmaram-me que faziam um esforço enorme em escutar, falar e ler em português, uma vez que a língua que, normalmente, utilizavam no seu contexto familiar e comunitário era o crioulo. O crioulo que, nem como segunda língua, lhes era disponibilizada pelo currículo escolar.

Estes estudantes estavam, de facto, em plena fase de desconfiguração cultural, uma vez que, certamente, o esmagamento a que estavam a ser sujeitos, através da aprendizagem, forçada e exclusiva, da língua portuguesa, lhes iria retirar algumas referências do seu contexto cultural original. Nunca me esquecerei daquela «*interrupção cultural*» que ocorreu naquela aula. No fundo, a professora ia tolerando aquelas interrupções culturais, enquanto os estudantes também, por seu lado, iam tolerando as «*interrupções culturais*» que aquela professora lhes ia impingindo. No fundo, pareceu-me que todos se toleravam, pese embora existisse um certo desprezo mútuo: uma espécie de *paz podre*, que é sempre inimiga de uma paz em que o respeito mútuo prevaleça.

É exactamente este clima de *paz podre* que parece existir actualmente nas relações entre civilizações, entre culturas, entre religiões, entre povos de países diferentes, entre povos do mesmo país, entre elementos de uma mesma comunidade, entre gerações diferentes e, inclusivamente, no seio das famílias. Como poderia a escola – com todas estas variáveis nela representadas e condensadas, num tempo e num espaço limitados – ficar imune a estas tensões e violências?

A Tolerância aparece, nestas circunstâncias, como um valor bom, quando, de facto, não o é. Ser-se tolerado, como Donaldo Macedo refere várias vezes no seu texto, não é algo de bom. Eu digo mesmo que é algo profundamente mau para quem é tolerado. Como se diz no Alentejo, parece que *ficamos sempre em favores*, mesmo quando os comportamentos ou as decisões de que somos alvo, mais não são do que a consequência directa da Justiça, da Igualdade de Oportunidades ou do nosso exercício da Liberdade e da Autodeterminação. Talvez por isso mesmo, não nos admiremos pelo facto de muitos concidadãos nossos, sentindo-se responsáveis pela situação de discriminação a que foram sujeitos, se sintam sempre na obrigação de agradecer o acesso a qualquer um dos serviços básicos da nossa sociedade: agradece-se ao médico, ao professor, ao burocrata, ao juiz, ao político, ao patrão. Fica-se sempre em dívida. Fica-se em dívida uma vida inteira. É como se alguns de nós tivessem nascido com um empréstimo vitalício (que parece pagar o preço da ousadia de se ter nascido) ,que se vai pagando ao longo da vida. Como canta Rui Veloso, na bonita canção intitulada *A gente não lê*, cuja letra – da autoria do poeta Carlos Tê – deixa transparecer bem aquilo que tentamos transmitir:

*ai senhor das furnas
que escuro vai dentro de nós
rezar o terço ao fim da tarde
só para espantar a solidão
rogar a Deus que nos guarde
confiar-lhe o destino na mão*

*que adianta saber as marés
os frutos e as sementeiras
tratar por tu os ofícios
entender o suão e os animais
falar o dialecto da terra
conhecer-lhe o corpo pelos sinais*

*e de resto entender mal
soletrar assinar em cruz
não ver os vultos furtivos
que nos tramam por trás da luz*

*ai senhor das furnas
que escuro vai dentro de nós
a gente morre logo ao nascer
com olhos rasos de lezíria
de boca em boca passar o saber
com os provérbios que ficam na gíria*

*de que nos vale esta pureza sem ler fica-se pederneira
agita-se a solidão cá no fundo
fica-se sentado à soleira
a ouvir os ruídos do mundo
e a entendê-los à nossa maneira*

*carregar a superstição
de ser pequeno ser ninguém
e não quebrar a tradição
que dos nossos avós já vem*